

UNIVERSO DE
ATUAÇÃO

3

3 - UNIVERSO DE ATUAÇÃO

3.1 - BRASIL

O universo de atuação de uma universidade não está contido somente dentro dos limites de seu país. A universidade é universalidade: ela alcança o mundo com seus trabalhos e experimentos científicos e na capacitação de profissionais de graduação e/ou pós-graduação.

BRASIL - Área: 8.547.403,50 Km²
População: 188.298.099 habitantes (2007)
Matrículas Ensino Médio: 8.906.820 alunos (2006)
Matrículas Ensino Superior: 4.163.733 alunos (2006)



A expansão do número de professores, pesquisadores e estudantes que se comunicam numa dimensão internacional e global atesta essa tendência, reforçada pela

constatação de que nenhuma universidade pode atingir os mais altos padrões de excelência simultaneamente em todos os campos de conhecimento. Assim, a abertura intelectual da universidade para um contexto amplo de trocas de informações e de competências, em nível nacional e internacional, é um requisito fundamental para tornar a excelência acadêmica acessível em todas as áreas do saber.

A evolução da oferta da educação superior no Brasil tem seguido uma tendência de progressão geométrica, a partir do final da fase colonial no século XIX, quando se iniciaram alguns poucos e isolados cursos de formação superior, como, por exemplo: a Escola de Engenheiros e Cirurgiões Militares no Rio de Janeiro; a Escola de Engenheiros de Minas Gerais, em Ouro Preto; os cursos de direito no Rio, em Salvador e em São Paulo. **Foi no Século XX que se impôs entre os educadores a necessidade de reunião desses cursos superiores em universidades.** A partir da iniciativa do Governo Federal com a Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, e de Governos Estaduais (Universidade do Paraná, de São Paulo e de Minas Gerais), essas instituições têm sido cada vez mais valorizadas e reconhecidas como um motor fundamental para o desenvolvimento nacional em todos os campos de conhecimento.

A sociedade brasileira está cada vez mais consciente da importância dos estudos superiores na busca de emprego e renda. Na medida em que se amplia o sistema de ensino fundamental e de nível médio no Brasil, a necessidade de criação de novos postos nas universidades também se faz sentir, como fica patente a cada vestibular. Com a crise financeira que se abateu sobre o poder público em todos os níveis, a partir dos anos 90, e a clara insuficiência de recursos orçamentários para continuar investindo na ampliação e melhoria das instituições públicas de ensino superior, as universidades de caráter privado tiveram que assumir a tarefa de absorver a crescente demanda nacional pelo ensino de nível superior.

Entretanto, a partir do marco da nova **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, o governo brasileiro tem demonstrado uma real preocupação em avaliar e apoiar as iniciativas em todos os níveis de ensino. No Ensino Superior, aumentaram-se as atenções

ao Programa de Modernização e Qualificação, apoiando a renovação e a inovação de práticas e metodologias do ensino da graduação, através do financiamento de projetos institucionais de reequipamento, capazes de produzir mudanças de qualidade nas ações educativas.

Esse esforço tem sido apoiado por organismos internacionais de fomento, que partilham dessa preocupação e apóiam iniciativas. A UNESCO, por exemplo, tem desenvolvido ações em parceria com o Governo, também direcionadas para as concepções e finalidades da pós-graduação. Sob esse aspecto, e com o apoio do MEC, ela coordenou o projeto "**O Ensino Superior e o MERCOSUL**", onde foram abordados temas como: estudos comparativos sobre pós-graduação no Brasil e em outros países (MERCOSUL, Estados Unidos e Europa); gestão universitária; avaliação do ensino superior; e relações entre a universidade e os setores produtivos.

Em **outubro de 1998, uma conferência mundial sobre Educação Superior**, convocada pelo diretor geral da UNESCO - Federico Mayor, realizada em **Paris**, terminou com a aprovação de dois documentos básicos: "Declaração Mundial sobre Educação Superior no séc. XXI: Visão e Ação" e "Marco de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior". Participaram do evento, representantes de mais de 180 países. Pesquisadores, representantes de associações de professores, de estudantes e de grandes associações universitárias debateram os temas propostos. Nesta Declaração Mundial foram definidos princípios como, por exemplo, o **que assegura que o mérito**, interpretado nos termos do Artigo 26.1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, **deve ser a base para o acesso ao ensino superior, e que nenhuma discriminação pode ser aceita no ingresso universal à universidade**. De acordo com estes documentos, a qualidade está vinculada à responsabilidade social, ou seja, **não há educação superior de qualidade se sua ação não serve para colaborar para a solução dos problemas da sociedade, que deve ser mais justa e igualitária. Sendo assim, sua ação deve estar sempre orientada em favor do desenvolvimento sustentável, da construção e da manutenção da paz, da eliminação da pobreza e da exclusão**

social.

As projeções e estatísticas da UNESCO fornecem um pano de fundo nítido para o entendimento da evolução da demanda pelo ensino de nível superior no Brasil, em relação aos demais países. **Em 1991, o número de estudantes por 100.000 habitantes variou de mais de 5.000 estudantes na América do Norte e mais de 2.500 em praticamente em todos os países desenvolvidos**. Somente alguns países em desenvolvimento têm uma proporção nesses limites, e a vasta maioria tem bem menos estudantes (como regra geral, as oportunidades de ingresso são quatro vezes mais baixas para jovens em todos os países em desenvolvimento). A situação do Brasil não era tão desigual por esse critério apontado pela UNESCO, nesse ano de referência, já que se tinha na época 1.565.000 matrículas em cursos de graduação de nível superior, para uma população de 146.000.000 habitantes, **configurando um índice de 1.066 estudantes/100.000 habitantes**.

Em termos de expectativa, a UNESCO mencionou que **a desigualdade de oportunidades no ensino superior persistirá nos países em desenvolvimento: enquanto a participação deveria cobrir quase metade da população elegível (faixa etária de 18 a 23 anos) menos de 10% da população estará matriculada**.

SINOPSE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL / 2003					
VESTIBULAR					
INSTITUIÇÕES		VAGAS OFERECIDAS	CANDIDATOS INSCRITOS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA	DEMANDA REPRIMIDA
BRASIL	Total	1.822.244	4.579.675	2,5	
	Públicas	261.276	2.236.670 (*)	8,6	88,3%
	Privadas	1.560.968	2.343.005 (*)	1,5	33,4%
MG	Total	166.519	514.831	3,1	
	Públicas	18.767	243.851 (*)	13,0	92,3%
	Privadas	147.752	270.980 (*)	1,8	45,5%

Fonte: INEP / MEC

(*) Provavelmente, os vestibulandos que se candidatam nas Instituições públicas e privadas são os mesmos. Assim, os totais não são confiáveis.

Em **2001**, o Brasil tinha, nas universidades, somente **7%** de sua população na idade mais adequada para cursá-las. A pressão da sociedade brasileira provocou o aumento na

quantidade de vagas, as quais foram sendo disponibilizadas pelas instituições de ensino superior privadas, **uma vez que o poder público, em todos os níveis de governo, atendia somente a 1/3 daquele percentual de 7% (939.225 matrículas em 2001).**

Qual deve ser o número conveniente de jovens a serem atendidos pelo ensino universitário no Brasil é uma questão controversa, mas certamente é muito acima da acanhada realidade de hoje. **Na Europa a proporção de jovens na faixa etária recomendada que cursam a universidade é próxima de 80%.** Os Estados Unidos pretendem ter, a curto prazo, disponibilidade de vagas para 100% dessa população específica. **O Brasil terá de promover um esforço hercúleo para avançar pelo menos até o patamar de 50% defendido pela UNESCO para os países em desenvolvimento, ou seja, disponibilizar algo em torno de 11.650.000 lugares na universidade.**

SINOPSE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL / 2004					
MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO					
INSTITUIÇÕES	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	NOTURNO (%)	
BRASIL	Total	4.163.733	1.709.385	2.454.348	58,9%
	Públicas	2.566.839	1.285.265	1.281.574	49,9%
	Privadas	1.596.894	424.120	1.172.774	73,4%
MG	Total	420.955	171.149	249.806	59,3%
	Públicas	266.379	130.459	135.920	51,0%
	Privadas	154.576	40.690	113.886	73,7%

Fonte: INEP / MEC

Além dos jovens, o Brasil precisa formar também adultos de todas as idades, que querem e precisam ter o grau universitário. Tem-se atualmente, uma demanda urgente constituída pelos estudantes já engajados no ensino médio e em cursos pré-vestibulares que não terão acesso a uma vaga na universidade. Em 2002, para um total de cerca de 9.585.000 matrículas no nível secundário e pré-vestibular, tinha-se somente 3,5 milhões de postos no ensino superior. Esse afunilamento também ficou

claro nos números do vestibular: cerca de 2.650.000 candidatos lutaram por uma das 1.773.087 vagas oferecidas nas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, no Brasil em 2002.

A disputa nos vestibulares mostra, nitidamente, as dificuldades e distorções estruturais da educação. Praticamente, o mesmo número de candidatos se inscreveu para o vestibular das instituições públicas e privadas enquanto que o número de vagas oferecidas nas públicas representou apenas 16,7% do total em 2002. Há, nesses números, uma clara preferência pelos cursos públicos, não somente pelo aspecto da qualidade, mas também pelo seu custo subsidiado. Esse fato econômico deve ser conveniente e seriamente equacionado pelas Instituições de Ensino Superior ao repensarem sua missão de formação dos brasileiros, buscando atingir aqueles oriundos das camadas de menor renda, numa abrangência verdadeiramente democrática de sua atuação. Outro ponto de desequilíbrio foi a acentuada tendência de escolha pelo turno da noite - 57,6% do total das matrículas universitárias no Brasil - evidenciando o esforço realizado pelas camadas mais desfavorecidas da população para manter-se financeiramente, ao mesmo tempo em que lutam para elevar seu nível intelectual a novos patamares. Concomitantemente, esse número mostra um aparente desinteresse das instituições oficiais por essa clientela: somente 30,2% das matrículas foram equivalentes ao período noturno, sendo ainda, com exceções pontuais, concentradas nos cursos de Ciências Humanas e Sociais, áreas em que não é intensivo o uso de laboratórios.

DADOS RELEVANTES DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000 - BRASIL	
População Total do Brasil	- 169.872.856 Habitantes
População na Faixa Etária 18-24 anos	- 23.365.185 Habitantes
População cursando Ensino Médio	- 8.302.599 Habitantes
População cursando Pré-Vestibular	- 440.046 Habitantes
População cursando Ensino Superior / Graduação	- 2.864.046 Habitantes
População cursando Ensino Superior / Pós-Graduação	- 162.512 Habitantes
População na faixa etária 18-24 anos cursando Ensino Superior (Graduação + Pós-Graduação)	- 1.722

IBGE. Censo Demográfico 2000



O censo da Educação Superior de 2002, realizado pelo INEC/MEC, revela que a idade média do estudante brasileiro aumentava no sentido inverso ao da tendência natural. Assim, a proporção dos jovens até 24 anos na universidade caiu de 62,5% em 2000 para 60,6% em 2002, enquanto a faixa dos estudantes acima de 30 anos passou de 20,9 para 22,4% do total de alunos. O maior crescimento foi na faixa dos estudantes com mais de 40 anos, representando 6,0% do total. Provavelmente, a explicação para este fato tem sido o medo dos mais jovens de encarar o vestibular antes de se sentirem mais preparados, ou mais amadurecidos, ou a necessidade de alcançarem um mínimo de renda pessoal antes de prosseguirem nos estudos.

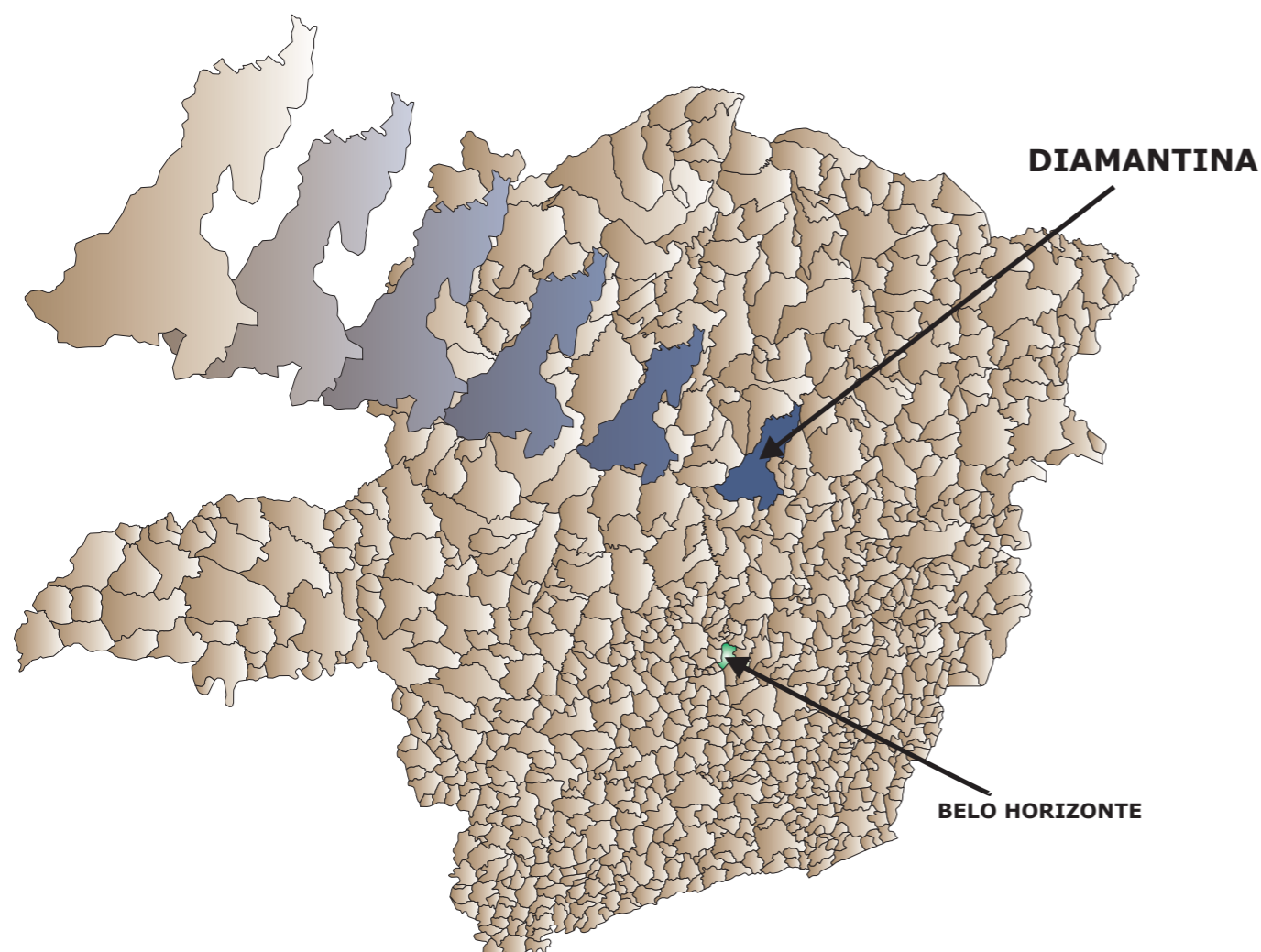
Portanto, é nesse contexto que a **UFVJM** torna-se mais oportuna e necessária, pela qualidade e diversidade dos cursos ofertados. Contribuindo para o aumento de novos profissionais de nível superior e, conseqüentemente, melhorando o nível cultural, social e técnico-científico da sociedade brasileira.

Número de Matrículas no Ensino Médio, por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação, em 29/3/2006

Unidade da Federação	Matrículas no Ensino Médio				
	Urbano e Rural				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	8.906.820	67.650	7.584.391	186.045	1.068.734
Norte	755.773	7.086	693.346	2.302	53.039
Rondônia	59.921	364	53.238	940	5.379
Acre	32.044	113	29.171	517	2.243
Amazonas	163.826	2.209	152.605	288	8.724
Roraima	17.085	862	14.915	116	1.192
Pará	370.287	2.795	337.995	232	29.265
Amapá	37.225	-	34.419	-	2.806
Tocantins	75.385	743	71.003	209	3.430
Nordeste	2.692.512	21.001	2.276.044	116.560	278.907
Maranhão	327.768	2.794	275.725	20.235	29.014
Piauí	193.313	2.099	164.328	3.544	23.342
Ceará	424.917	2.211	373.230	1.366	48.110
R. G. do Norte	167.971	1.996	141.793	4.272	19.910
Paraíba	170.123	1.509	133.347	13.032	22.235
Pernambuco	458.185	3.204	369.753	28.837	56.391
Alagoas	139.288	1.853	110.538	7.620	19.277
Sergipe	88.130	1.399	73.705	2.313	10.713
Bahia	722.817	3.936	633.625	35.341	49.915
Sudeste	3.597.691	24.690	3.022.967	57.380	492.654
Minas Gerais	899.730	9.158	762.496	29.431	98.645
Espírito Santo	152.412	2.602	123.602	716	25.492
Rio de Janeiro	731.754	12.565	591.754	10.397	117.038
São Paulo	1.813.795	365	1.545.115	16.836	251.479
Sul	1.213.531	9.932	1.042.022	7.592	153.985
Paraná	480.527	2.020	418.495	-	60.012
Santa Catarina	269.594	2.799	226.712	908	39.175
R. G. do Sul	463.410	5.113	396.815	6.684	54.798
Centro-Oeste	647.313	4.941	550.012	2.211	90.149
M. G. do Sul	100.057	419	85.139	164	14.335
Mato Grosso	156.942	1.491	139.291	1.332	14.828
Goiás	280.747	1.524	242.515	715	35.993
Distrito Federal	109.567	1.507	83.067	-	24.993

3.2 - Minas Gerais

A situação de Minas Gerais reflete a situação brasileira. **Minas Gerais concentrou 10,10% do número de matrículas no ensino médio do Brasil**, equivalente à sua participação na população geral do país (17.900.000/170.000.000 habitantes, pelo censo IBGE de 2000).



MINAS GERAIS

População: 17.891.494 habitantes

Matrículas Ensino Médio: **899.730** alunos

O número de postos de estudos nas universidades mineiras foi de **306.895** unidades, segundo o INEP/MEC (dados de 2002), ou seja, **8,8%** do total brasileiro, configurando um déficit maior que a média brasileira, tanto em relação à sua população quanto à demanda oriunda do nível secundário: para o Brasil, a proporção foi de **36,3%** das matrículas do segundo grau, enquanto em Minas foi de **33,5%**. O número de matrículas em cursos de graduação nas instituições oficiais (**85.035**) correspondeu a **8,1%** do seu equivalente nacional, enquanto que nas escolas privadas (221.860) correspondeu a **9,3%** do respectivo total nacional, indicando, claramente, que o esforço para alcançar e superar o patamar brasileiro foi concentrado nas instituições particulares, as quais respondiam por 72,3% das vagas no Estado.

Para o concurso vestibular inverteu-se o quadro da dinâmica da administração do ensino do terceiro grau: o total de vagas oferecidas no Estado foi de 8,4% do total nacional em 2002, abaixo da taxa de representatividade mineira, mas já sendo as vagas do setor público de 9,4% do seu equivalente nacional, enquanto as vagas das instituições privadas correspondiam a 8,2% do respectivo total. **Configurou-se aí um esforço das instituições públicas no sentido de ampliarem ao máximo a oferta de vagas em novos cursos e novas turmas**, principalmente, no turno da noite, apesar da crônica escassez de recursos financeiros e de professores. O número de candidatos ao vestibular no Estado, em relação ao total nacional, segue a proporção da população e das matrículas do setor secundarista. Já a relação candidatos/vaga é maior que a média brasileira em todos os casos, mostrando claramente a dimensão da demanda reprimida a ser imediatamente atendida.

É importante notar a preferência dos estudantes pelo turno da noite também em Minas Gerais, com 56,5% das matrículas no total, na proporção de 66,6% das matrículas efetuadas nas instituições privadas e 30,2% das matrículas nas públicas. Como já comentado, no caso do Brasil, **uma parcela considerável dos estudantes precisa trabalhar para sobreviver ou para reforçar o orçamento familiar, sendo a opção pelo horário noturno a maneira razoável de coadunar suas responsabilidades financeiras e educacionais.**

Outro ponto importante a observar é a característica mineira de interiorização dos cursos. Enquanto na média do Brasil, a proporção de matrículas realizadas em instituições

sediadas no interior dos estados foi de 54,5% do total, para Minas essa proporção chegou a 70%, bastante influenciada pelas instituições públicas (das 12 instituições federais em Minas apenas duas estão na capital) e pela PUC Minas, sexta maior universidade do Brasil, presente em cinco cidades além de Belo Horizonte.

3.3 - DIAMANTINA



Fonte: www.ufmg.br

Dados Gerais

A população total do município era de 44.259 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). Sua área é de 3.869,83 km² representando 0.6598% do Estado, 0.4186% da Região e 0.0455% de todo o território brasileiro. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da cidade é de 0.748, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Temperatura

média anual: 18,1 °C

média máxima anual: 23,8 °C

média mínima anual: 14,1 °C

Índice médio pluviométrico anual: 1.404,70 mm

Relevo (topografia %)

Plano: 20

Ondulado: 20

Montanhoso: 60

Principais rios: Rio Jequitinhonha / Ribeirão do Inferno

Bacia: Bacia Rio Jequitinhonha / Bacia Rio São Francisco

Transportes Rodoviários

Principais rodovias que servem de acesso a Belo Horizonte:

BR-259, BR-040, BR-135, BR-367

Principais rodovias que servem ao município:

BR-259, MG-2, MG-121, BR-367

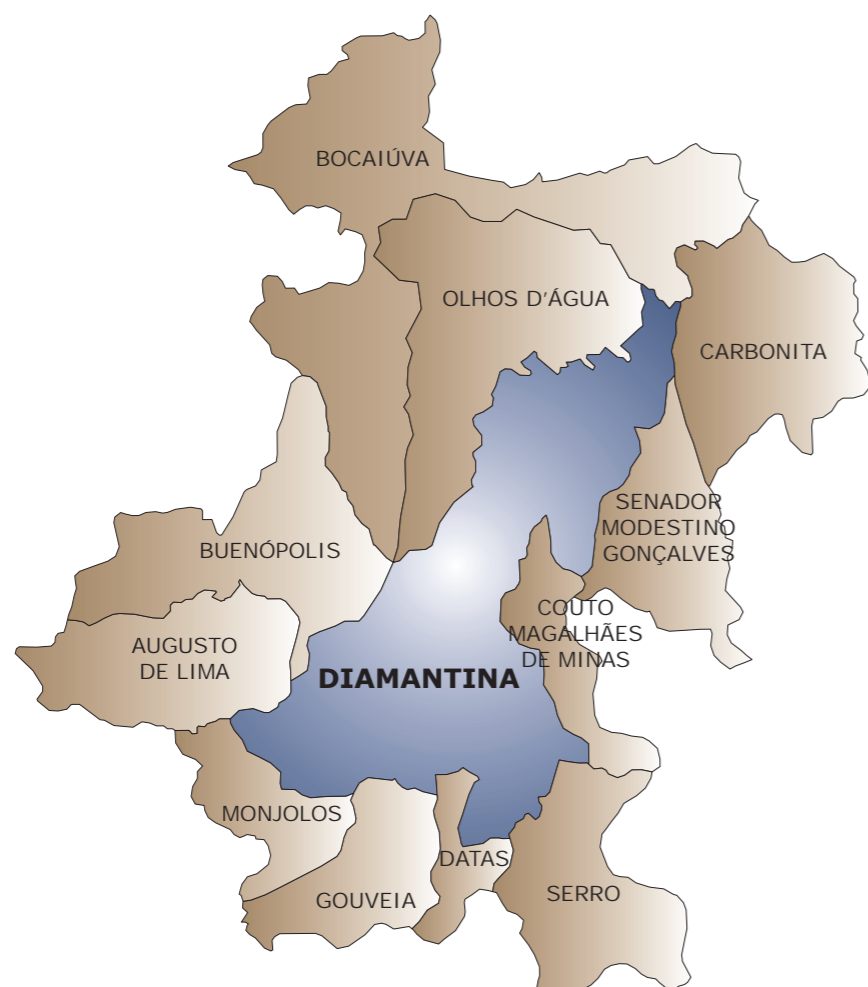


Distâncias aproximadas dos principais centros (Km)

Belo Horizonte: 292
Rio de Janeiro: 727
São Paulo: 878
Brasília: 719
Vitória: 832

Municípios limítrofes

Bocaiúva, Olhos D'água, Buenópolis, Augusto De Lima, Monjolos, Gouveia, Datas, Serro, Couto de Magalhães De Minas, Senador Modestino Gonçalves, Carbonita.



Características Geográficas

O município de Diamantina, entrada para o Vale do Jequitinhonha, localiza-se no alto da Serra do Espinhaço, inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha.

A sede está localizada a **1.250 metros de altitude**, sendo o ponto máximo a Serra do Galheiro (1.548 m) e o mínimo o Córrego Cana Brava (676 m).

Abrangendo uma **área de 4.672 Km²**, Diamantina apresenta um extenso planalto irregular onde apenas 20% da área é plana e 20% ondulada. Esta característica peculiar do município favorece o surgimento de belas cachoeiras com grandes desníveis que podem ultrapassar a uma centena de metros.

A hidrografia é surpreendente, tendo como seus principais rios o **Ribeirão do Inferno** e o **Rio Jequitinhonha**, que devido à especificidade do terreno irregular formam pequenas, mas sedutoras, quedas d'água e piscinas naturais de grande interesse turístico.



Fonte: www.flickr.com/photos/rajiva

Rio Jequitinhonha
Estrada Real, entre Diamantina e Serro



Fonte: www.descubraminas.com.br

Flora característica da região



Fonte: www.flickr.com/photos

Cachoeira dos Cristais

A vegetação nativa é a **Caatinga Arbórea ou Herbácea**, representada pelos Campos Rupestres, onde predominam as gramíneas e a planta conhecida como sempre-viva, na atualidade, explorada artesanalmente. Também ocorrem na região alguns vestígios do Cerrado representados por árvores de baixo porte e tortuosas. Considerando que em algumas áreas há maior fixação da água, pode-se, ainda, encontrar manchas de matas, e em regiões onde predomina o substrato rochoso de arenito e quartzito nascem belas plantas que surgem entre as rochas.

Diante desses aspectos paisagísticos, Diamantina apresenta uma beleza cênica única, que potencializa essa região para o turismo.



Fonte: www.panoramio.com

Gruta do Salitre